



ANEXO IV

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PRE-
FEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI E A EM-
PRESA _____.**

Contrato nº ____/2.014.

Por este instrumento de contrato, de um lado a Prefeitura Municipal de Birigui, CNPJ nº 46.151.718/0001-80, situada na Praça James Mellor s/nº, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr Pedro Felício Estrada Bernabé, brasileiro, casado, RG nº 3.978.179-3, CPF/MF nº 362.332.348-91, doravante denominada Contratante, e de outro lado a empresa _____, CNPJ/MF nº _____, estabelecida na Rua _____, na cidade de _____, CEP: _____, Estado de _____, representada neste ato por seu _____, o Sr. _____, RG nº _____, CPF nº _____, adiante denominada CONTRATADA, tornam justo e acordado na presença das duas testemunhas ao final assinadas, o seguinte:final assinadas, o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 - Aquisição de material didático de Educação Infantil para os alunos das Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação, para o exercício de 2015, conforme especificações e quantidades descritas no Lote nº ____ do Anexo I do Edital da Concorrência Pública nº 09/2014 e na proposta comercial apresentada pela Contratada.

1.1.1 – A aquisição dos objetos desta licitação está prevista para o exercício de 2.015 .



Cláusula 2ª - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a entregar o objeto deste contrato com base no preço ofertado, fixo e irrevogável.

2.2 - Dá-se ao presente contrato o valor total de: R\$ _____ (_____).

2.3 - No preço acima estão inclusos todos os custos dos insumos, impostos, transporte e demais obrigações da CONTRATADA até a aceitação final por parte da CONTRATANTE..

Cláusula 3ª - DA ENTREGA

3.1 - A entrega será parcelada, devendo ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após solicitação da Secretaria de Educação que informará a quantidade a ser entregue, mediante Autorização de Fornecimento a ser expedida, diretamente em cada unidade escolar, conforme relação do Anexo I do Edital da Concorrência Pública nº 09/2014, no horário compreendido das 07:30h às 10:00h e das 13:00h às 16:00h, e em dias úteis, bem como emitir uma Nota Fiscal para cada local de entrega, podendo referido prazo ser prorrogado pela Administração motivadamente.

3.2 - Não será permitida na entrega, a substituição dos objetos ofertados, quer em função de outra especificação, outras marcas, etc.

3.3 – As despesas com a entrega dos objetos serão por conta da empresa vencedora do certame, devendo enviar carregadores para auxiliar o motorista no descarregamento e conferência dos objetos, bem como emitir uma Nota Fiscal Eletrônica para cada local de entrega, sendo uma nota fiscal eletrônica para cada empenho.

Cláusula 4ª - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1- O objeto contratual será recebido:

4.1.1 - Provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;

4.1.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do mesmo, e consequente aceitação.



4.2 - Será rejeitado no recebimento, o objeto fornecido com especificação diferente da constante no ANEXO I da Concorrência Pública nº 09/2014 e da informada na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no item 4.3 abaixo.

4.3 - Constatadas irregularidades no objeto fornecido, a Contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da proposta, no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da Proposta, no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

Cláusula 5ª – DA GESTÃO

5.1 – Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, ficam definidos como gestores do presente contrato as Senhoras: **Karlliny Martins da Silva – Oficina Pedagógica, Andréa Ramos de Oliveira – Diretora Oficina Pedagógica, e Ricardi Pazian Baptista – Chefe de Seção**, lotados na Secretaria de Educação, ou outros que venham substituí-los para fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto contratual.

Cláusula 6ª - DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇA

6.1 - A CONTRATADA fornecerá o objeto do presente, juntamente com os documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do objeto e número do empenho de acordo com a Autorização de Fornecimento (AF), além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

6.2 - Os documentos fiscais emitidos em desacordo com este contrato e a legislação vigente serão devolvidos à CONTRATADA, que se obriga a substituí-los na forma exigida.



Cláusula 7ª - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a entrega efetiva do objeto, mediante apresentação dos documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do produto, número dos respectivos empenhos de acordo com Autorização de Fornecimento, além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

7.2 - O pagamento será através de Ordem de Pagamento ou crédito em Conta Corrente da CONTRATADA, junto ao Banco _____ – Agência _____ – C/C nº _____.

Cláusula 8ª - DOS RECURSOS

8.1 – Referida contratação onerará a dotação:

8.1.1 Ficha nº 679 – Secretaria de Educação – Educação Básica – QSE.

Cláusula 9ª - DAS PENALIDADES E MULTA

9.1 - A CONTRATADA, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.2 - A recusa injustificada da adjudicatária em aceitar ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo de 03 (três) dias da ciência da homologação/adjudicação a ocorrer mediante publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a, sem prejuízo das demais sanções previstas, a multa pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

9.3 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.3.1 – advertência;



9.3.2 - multa indenizatória pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, ou no caso de cumprimento irregular;

9.3.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Birigui, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

9.3.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 9.3.3 desta cláusula.

9.3.5 - as sanções previstas acima, poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:

9.3.5.1 das sanções estabelecidas no item 9.3, subitens 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da CONTRATADA;

9.3.5.2 - da sanção estabelecida no item 9.3, subitem 9.3.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena.

9.4 - O atraso injustificado da entrega do objeto, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de 5% e juros de mora de 0,03% ao dia, até o limite de 5%, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida.

9.5 - Tudo o que for fornecido incorretamente, e portanto não aceito, deverá ser substituído por outro na especificação correta, no prazo previsto no item 4.3 do contrato;

9.5.1 - a não ocorrência de substituição no prazo definido, ensejará a aplicação da multa definida no item 9.3 deste contrato.

9.6 - As sanções previstas nos itens 9.1, 9.2, 9.3, 9.4 e subitens poderão ser aplicadas cumulativamente de acordo com as circunstâncias do caso concreto.

9.7 - O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a contratada tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;



9.7.1 - não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente na Tesouraria Municipal, na condição “à vista”. Na ocorrência do não pagamento, o valor poderá ser cobrado judicialmente, ou inscrito em dívida ativa.

Cláusula 10ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1- A **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial nas seguintes hipóteses:-

10.1.1 não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

10.1.2 lentidão no fornecimento, levando a **ADMINISTRAÇÃO** a comprovar o não fornecimento nos prazos estipulados;

10.1.3 paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação;

10.1.4 subcontratação total ou parcial, associação, cessão ou transferência total ou parcial das obrigações da **CONTRATADA** a terceiros;

10.1.5 decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;

10.1.6 ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

10.1.7 alteração ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

10.1.8 razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

Cláusula 11ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Aspectos didático metodológicos:

- ❖ O material didático a ser oferecido para os alunos e professores deve ser elaborado a partir da legislação educacional vigente no país para a Educação Infantil e de re-



ferenciais teóricos de autores da Psicologia e da Educação, baseados nas orientações gerais previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – RCNEI, na Lei nº. 8069/1990 – ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), no Plano Nacional da Educação/2014, nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil/2009, no Parecer CNE/CEB nº 20/2009, na Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e na Resolução CNE/CEB nº 5, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

- ❖ O material didático para o aluno e para o professor deverá contemplar os âmbitos de Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo, articulados pelos eixos de trabalho: Identidade e Autonomia, Movimento, Música, Artes Visuais, Natureza e Sociedade, Matemática, Linguagem Oral e Escrita, conforme os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a partir da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBN 9394/96) em consonância com as normas regedoras e informadoras dos documentos legais elaborados pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC).
- ❖ A organização do programa de conteúdos deve considerar as necessidades de cada período e ano, contemplando diferentes níveis de complexidade dos assuntos de forma sistemática.
- ❖ As estruturas didáticas devem relevar os conhecimentos vindos do cotidiano dos alunos e do ambiente social em que ele está inserido.
- ❖ As atividades devem partir de problematizações, permitindo ao aluno questionamentos e busca de respostas.
- ❖ As metodologias de trabalho devem provocar um diálogo entre o contexto social e cultural dos alunos.
- ❖ O material didático deve fornecer uma sequência de aprendizagem geradora de significado.
- ❖ A proposta curricular e as situações de ensino deverão estar organizadas de modo que as atividades e experiências de aprendizagem tenham sempre um valor educativo.
- ❖ As áreas, cognitiva, linguística, motora, equilíbrio pessoal, inserção social e relação interpessoal deverão estar reconhecidas como capacidades humanas a serem desenvolvidas ao longo da escolarização.



- ❖ Os conteúdos escolares deverão estar considerados como saberes culturais selecionados, pela relevância social, portanto, devem referir-se às atividades e práticas sociais. Permitir também, a formação humana, mediada por valores, princípios, normas e formas de ações, bem como o compromisso com o conhecimento científico, dinamizado por meio do trabalho com saber escolar.
- ❖ As finalidades desse nível de ensino deverão visar à relação entre as experiências significativas de aprendizagem e o desenvolvimento com o conhecimento, autoestima, inserção e exploração de diferentes contextos.

b) Aspectos relevantes do livro do professor:

- ❖ O livro para o professor deve apresentar orientações metodológicas para as atividades propostas no livro do aluno, de modo a subsidiar o professor em sua prática pedagógica, contendo sugestões de atividades, leituras, avaliações, bem como o livro do aluno na íntegra.

Cláusula 12ª - DIVERSOS

12.1 - Correrá por conta da Contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme dispositivo do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2 - A Prefeitura se reserva o direito de solicitar à Contratada o aumento ou supressão do objeto em até 25% (vinte e cinco por cento), faculdade que é outorgada pelo § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 9.648/98.

12.3 – A vigência, por 12 (doze) meses, deste contrato, terá início a partir da data da sua publicação resumida na imprensa oficial, conforme o art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93. Precedente: acórdão nº 400/2010 – Plenário do TCU.

12.4 – A CONTRATADA é obrigada a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação, se maior dano não advier ao interesse público, das cláusulas 9ª e 10ª deste instrumento contratual.

Cláusula 13ª - DO AMPARO LEGAL



13.1- O presente Contrato é regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.186, de 14 de junho de 2007 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada, e demais normas regulamentares aplicáveis a espécie, bem como, as disposições contidas no Procedimento Licitatório instaurado na modalidade de *CONCORRÊNCIA PÚBLICA*, registrado sob nº 09/2.014, seus Anexos e Proposta Comercial ofertada, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento contratual, como se no mesmo transcritos fossem.

Cláusula 14ª - DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Birigui, para solução de qualquer pendência que surgir na execução deste contrato ou na sua inadimplência, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que surta os efeitos legais e de direito.

14.3 Prefeitura de Birigui, aos _____ de _____ de dois mil e treze.

Pedro Felício Estrada Bernabé

Prefeito Municipal

Contratada

Sônia Regina Guaraldo
Secretária de Educação

Glauco Peruzzo Gonçalves
Secretário de Negócios Jurídicos
OAB/SP – 137.763



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



= T E S T E M U N H A S =

RG:

RG: